

## Do privado ao público: a biblioteca pessoal e suas metamorfoses

**Débora Dias,<sup>1</sup>** CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa /CEIS XX-Universidade de Coimbra  
deboradm@gmail.com

**Resumo:** Às destruições, dispersões e formações de novos acervos, a biblioteca se difunde com tipologias que convivem e acompanham as mundividências das sociedades no tempo, como também o mutável, o precário, o que resiste nas bordas e que é menos visível. Partindo de uma reflexão global sobre a história da biblioteca no Ocidente, esta comunicação se propõe a discutir os elos entre a formação e o destino de bibliotecas privadas com o espaço público, incluindo sua inserção nas políticas culturais. Para isso, irá se aprofundar em um estudo de caso que, chegando aos dias atuais, tem seus momentos-chaves durante o Estado Novo português (especialmente nos anos 1950).

Nesse contexto, será analisado mais verticalmente o caso da biblioteca de Joaquim de Carvalho (1892-1958), filósofo, historiador, professor, ex-diretor da Biblioteca da Universidade de Coimbra e da Imprensa da mesma Universidade, até o seu fechamento por Salazar (1934). Considerada aqui como obra construída, numa dimensão autobiográfica, a biblioteca de Carvalho suscita diferentes questões em dois momentos: durante a vida do seu autor, com ênfase na formação de alguns dos principais núcleos; e após o falecimento de Carvalho até a compra da biblioteca pelo Estado português (1979) e incorporação ao patrimônio da Universidade de Coimbra, onde hoje se encontra.

**Palavras-chave:** bibliotecas pessoais, acervos públicos, Estado Novo, Joaquim de Carvalho, Universidade de Coimbra.

A Biblioteca é, por excelência, o lugar dos lugares da memória escrita. Na visão de Jorge Luís Borges, quando chegou o momento de se proclamar que a Biblioteca abriga todos os livros, logo todos os saberes da humanidade, em todas as línguas e variações possíveis, a primeira impressão foi de grande felicidade. “Todos os homens se sentiam senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse: nalgum hexágono. O Universo estava justificado, o Universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas da esperança” (Borges, 2013: 80). No entanto, mesmo quando todos os livros finalmente estavam reunidos, o enigma da biblioteca não cessou e à “desaforada esperança” sucedeu a profunda depressão. Em algum lugar da biblioteca, que abrigava todas as variações e combinatórias linguísticas, haveria livros preciosos, mas inacessíveis por desconhecidos, perdidos, diluídos em um todo inalcançável.

---

<sup>1</sup> Investigadora integrada do Centro de Humanidades (CHAM-FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, colaboradora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS XX) da Universidade de Coimbra. Doutora em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma instituição. Tem experiência na área de História e Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: história editorial, história social da leitura, história dos intelectuais e das instituições, intercâmbios luso-brasileiros, intelectuais e Estado Novo. Este artigo foi, em parte, realizado com apoio de uma bolsa de doutorado pleno da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil.

A Biblioteca de Babel, interminável, labiríntica, de galerias hexagonais, contada pelo escritor argentino em 1941, incorporou a força do mito da universalidade, que participa do próprio conceito de biblioteca na história do Ocidente e do seu sonho de alcançar uma *mathesis universalis*. É a biblioteca que conjuga futuro e passado em sincronia, por conservar aquilo que foi e é a possibilidade de continuação qualitativa da humanidade. É espaço onde pensamentos de origens diversas, próximos ou distantes, são reunidos. É projeto, é instituição, é manifestação de poder, que comporta o desejo universalista com os imperativos da matéria e as tensões da seleção, o impulso à acumulação da memória com a inevitabilidade do esquecimento. Em síntese, pretende-se que ela seja eterna, embora traga consigo o temor permanente da sua própria destruição.

## O paradigma alexandrino

É na cidade egípcia de Alexandria, ponto de encontro entre culturas no século III a.C, que se firma o modelo de todo projeto ocidental de reunião da memória escrita e da escrita como *ars memoriae*.<sup>22</sup> Diferente de outras bibliotecas da Antiguidade – com funções mais ligadas à guarda da escrita do que à leitura (Goulemot, 2011: 27; Sobrinho, 1990), ou integradas numa escola filosófica, logo mais seletiva e orientada por interesses particulares, como em Atenas –, em Alexandria nasceu a biblioteca de vocação mais universal, porque tornou-se uma decisão de Estado o projeto político e intelectual de adquirir todos os livros da terra, presentes ou passados, gregos ou bárbaros (Jacob, 2000: 45-73).

Ressalve-se que a ideia mítica de acumulação de todo saber não é invenção da antiguidade greco-helênica. É a tal ponto um mito primordial que, em algumas concepções, ela seria mesmo anterior a criação do mundo e, portanto, ao aparecimento do livro.<sup>3</sup> Mas foi em Alexandria que se firmou o paradigma fundador para as bibliotecas ocidentais principalmente após os desdobramentos desse objetivo inicial, isto é, “os procedimentos intelectuais usados pelos letrados e pelos sábios para dominar essa acumulação e tornar produtiva essa memória absoluta” (Jacob, 2000: 72). Destaque-se aqui a combinação de duas ideias subjacentes a esses procedimentos: a herança, ou melhor, o aprofundamento do conceito de que todo saber se funda no saber precedente; e a noção de que a biblioteca incita ao nascimento e acumulação de novos livros.

Tal afirmação nasce da reunião significativa de volumes manuscritos e se refere não só às cópias de rolos de papiros sob posse de outros donos (que por diferentes modos eram levados para reprodução em Alexandria), como à política de traduções instaurada para se conhecer o pensamento em diferentes línguas (e que mobilizam um número significativo de sábios contratados) e à elaboração de catálogos contendo a relação e descrição dos livros. Refere-se ainda, e principalmente, aos textos criados a partir da combinação de textos antecedentes: sínteses, edições críticas, recortes temáticos, comentários, aprofundamento de conhecimentos existentes, como exemplo, os vindos da análise filológica dos textos e a fixação de uma gramática (Baratin, 2000: 227-233), como também da constituição de bibliotecas disciplinares, utilizadas por geógrafos, mecânicos, médicos, astrônomos. O que fez da biblioteca um lugar de produção da escritura, de *tradução* e de leitura revivificadoras (Riaño Alonso, 2005).

<sup>2</sup> Ao tratar dos efeitos da desmemorização que resultaram do alargamento do uso da escrita e do decréscimo do papel instituinte do rito, Fernando Catroga invoca Platão, no *Fedro*, ao caracterizar a invenção da escrita como um *phármakon* ambíguo, que se constituía um remédio eficaz para a preservação da memória, mas também a enfraquecia ao diminuir o esforço mental para a manter, o que fez crescer o recurso à *ars memoriae*. Cf. Catroga (2011: 35).

<sup>3</sup> Entre outros, José Furtado (2007: 38), invoca o exemplo da tradição Hindu, onde os Vedas seriam a soma de todo o conhecimento e verdades eternas, espirituais e nunca escritos, sem origem nem fim, vibrações no espaço reveladas pelo sopor do Senhor.

A outra face dessa moeda reside nesta inevitabilidade: reunir livros é igualmente uma prática de produção de seletividades, hierarquizações e olvidos, fazendo do “esquecimento” e da “perda” elementos constituintes “do progresso do pensamento e do saber” (Jacob, 2000: 73). Em suma, a idealizada biblioteca primordial concretizou um modelo em que o recurso às fontes escritas foi predominante e emergiu como instrumento privilegiado da memória.

Na construção de um método de conhecimento e ordenamento dos livros, surge a figura do bibliotecário.<sup>4</sup> Como instrumento do trabalho científico, não foi por acaso que a paradigmática Biblioteca de Alexandria apareceu integrada ao Museu e ao Laboratório, no coração do palácio real inserido na cidade. E, se não foi uma biblioteca pública na acepção moderna, Jean Marie Goulemot não deixou de frisar que ela o foi no sentido da ampla publicidade da sua existência feita pelo poder.

No entanto, a dimensão encantada da grande Biblioteca, fundada na cidade egípcia que se tornou capital do helenismo na Antiguidade, segue junto à incerteza da sua história, das informações em torno do seu funcionamento, localização, características do acervo e causas da sua definitiva destruição. No que Luciano Canfora considera um problema não de escassez de dados, mas de excesso de fontes contraditórias. Ao largo dessa discussão pluritemática, que se relaciona, entre outros temas, com a constituição das matrizes do cristianismo e do pensamento ocidental, e que inclui tensões que não se esgotam na relação com o Oriente, interessa-nos ressaltar, sobretudo, uma outra dimensão inerente ao sucesso da preservação dos escritos, receio bem sintetizado nos mitos da ruína que acompanham os grandes acervos do saber.

É a biblioteca como pesadelo da destruição, alvo privilegiado por tudo aquilo que ela é e, principalmente, pelo que representa. É a obsessão do irremediável, a iminência do fogo, do esquecimento, da morte (Jacob, 2000: 10). É a memória dos atentados, saques, incêndios, que atingem as grandes coleções de livros. É a metáfora da violência praticada contra as bibliotecas dentro de uma extensa relação de exemplos (Báez, 2009; Polastron, 2014), quer na destruição física de um projeto, de uma crença ou de um símbolo, quer sob os ideais de purificação, alcançáveis pela interdição de obras, pela proibição de autores, pelo descarte de leituras.

Ao depender do lugar e do(s) tempo(s) em que se fala, o livro tanto pode ser apresentado como necessário e libertador, como perigoso e merecedor de depurações estéticas ou utilitárias (Goulemot, 2000: 259). Mas, a biblioteca, como o livro, ao salvaguardar a memória das línguas e das culturas, ao assumirem simbologias e ao transmitirem patrimônios, estão sujeitos ao paradoxo de encontrarem na destruição a demonstração da sua importância. Ou ainda, como alerta Umberto Eco, a ânsia excessiva por conservar e impedir a sua destruição pode tornar o seu acesso tão limitado ao ponto de anular a função pública a que se destina a própria manutenção do acervo (1994).

## As metamorfoses da biblioteca

Às destruições, dispersões e formações de acervos, a biblioteca se difunde com tipologias que convivem e acompanham as mundividências das sociedades no tempo, como também o mutável, o precário, o que resiste nas bordas e que é menos visível. Mais ou menos ligadas às funções da leitura e da escrita, são localizadas como públicas, privadas, voltadas à fruição ou de uso profissional, constituídas como memória, demonstração de poder e riqueza, ornamento.

---

<sup>4</sup> O método e a ação de bibliotecário do erudito Calímaco de Cirene, em Alexandria, foram destacados por Manguel (2010: 198).

A biblioteca do século XIX aumenta em tamanho e volume, com uma oferta avassaladora de impressos à sua disposição. Foi o momento em que se desenvolveram, igualmente, as grandes bibliotecas universitárias, se alargou a rede de bibliotecas públicas e se ergueram majestosas bibliotecas nacionais, crescimento que nem sempre foi visto com vantagem pelos homens de letras tementes dos efeitos negativos da “avassaladora dispersão bibliográfica” (Pombo, 2011: 174-175).

Em paralelo, frente à necessidade de atualização e especialização do conhecimento, em um momento de emergência do intelectual, assistiu-se à proliferação das bibliotecas mais privadas e personalizadas, com tipologias que também dizem sobre seus usos e seus proprietários: é a biblioteca do jornalista, do escritor, do investigador, do professor, do universitário, do bibliófilo.<sup>5</sup> Embora centrados no caso francês, Masson e Salvan sublinham que a biblioteca enciclopédica tende a se diversificar em Oitocentos, período em que se identifica o desenvolvimento das bibliotecas universitárias e a criação de anexos populares (1961: 43). Nessa diversificação, não há somente um alargamento dos tipos, mas também uma maior privatização dos acervos.

No campo do ensino, a crescente especialização universitária contribui para que docentes investissem na formação da sua própria biblioteca, espaço de acesso mais assíduo e íntimo com o livro, onde é possível reunir uma bibliografia direcionada aos temas de investigação, com maior liberdade na escolha dos títulos e mais rápida atualização bibliográfica do que suas alternativas públicas e institucionais. São, em geral, bibliotecas não herdadas, caracterizadas por uma aquisição recente e em função dos interesses pessoais e profissionais.

Dito de outro modo, a consolidação e alargamento das bibliotecas universitárias no decorrer do século XIX não anularam, pelo menos nos acadêmicos mais bibliófilos ou nos de maior vocação investigadora, a simultânea formação de bibliotecas privadas e domiciliárias, tanto mais que os poderes públicos nem sempre revelaram possuir recursos e sensibilidade política suficientes para prosseguirem naquela senda. Não obstante as singularidades, essas bibliotecas são expressões mais especializadas do impacto social da revolução *gutenberguiana* e dos processos que aceleraram a secularização do saber, traduzidos no triunfo das línguas vernáculas, no crescimento vertiginoso do impresso e na difusão do livro. Com isto, convocamos a sua inserção num movimento de média duração iniciado pela emergência das “sociedades das letras” e do espírito crítico modernos.

## A biblioteca de Joaquim de Carvalho

Se, até agora, interessou-nos, sobretudo, fazer uma caracterização geral da problemática das bibliotecas, do livro e da leitura, tal se deve ao propósito de contextualizar melhor uma biblioteca concreta que, na sua vertente de biblioteca de um universitário e intelectual das primeiras décadas do século XX, sintetiza muito do que se afirmou, incluindo a dimensão autobiográfica do seu edificador e utilizador. Referimo-nos a Joaquim de Carvalho (1892-1958),<sup>6</sup> Professor da Universidade de Coimbra e cuja “livraria” (termo que o próprio adota como sinônimo da sua coleção) – expressão do seu amor pelo livro e do seu próprio sentido de vida – se tornou, por fama e acesso, numa das facetas mais marcantes do seu modo de

<sup>5</sup> Para o caso do Rio de Janeiro, Tânia Bessone constata uma ampliação de acervos e instalações de bibliotecas públicas durante as últimas décadas do século XIX e inícios do século XX, assim como a formação de um círculo de leitores bastante eclético na sua composição, formado por jornalistas, literatos, *bons vivants*, *flâneurs*, comerciantes, políticos e boêmios, além de categorias profissionais “mais afeitas aos livros”, com destaque para advogados e médicos que “tinham um trato mais íntimo com bibliotecas” (Bessone, 1999: 20-27).

<sup>6</sup> Joaquim de Carvalho nasceu na Figueira da Foz em 10 de junho de 1892, filho do comerciante Manuel José de Carvalho (1859-1942), natural de Tomar, e de Ana Ferreira dos Santos (1867-1945), de Pereira do Campo, freguesia de Montemor-o-Velho. Na memória familiar, o pai foi modesto empregado do caminho-de-ferro da Beira Alta, quando, por um acaso ferroviário, conheceu a futura esposa, Ana, que era guarda de linha (Carvalho, 1992: 483-501, 483).

estar na “República das Letras”. Daí que seja pertinente estudar os “livros de Joaquim de Carvalho” na totalidade do seu acervo e não só aqueles que escreveu e publicou.

Em termos mais imediatos, a grande biblioteca do professor de Coimbra corporiza, com as singularidades próprias das suas especializações, o tipo de biblioteca do “homem de letras”, ou melhor, do autor-escritor e, em particular, dos inícios do século XX, da livraria do professor universitário, nesta tríplice função: ler por prazer, para investigar e para ensinar. E, em alguns casos, o surgimento de regimes ditatoriais e de “políticas do espírito”, fez com que algumas delas também espelhem a existência de censura à impressão, importação e circulação de livros, o que lhes confere um valor histórico-cultural acrescido. Demais, a história da sua formação também reflete a relação íntima e recíproca que inevitavelmente se gera entre o criador e o criado, já que, como afirmou Pina Martins (1982:7-8), a pensar no exemplo de Joaquim de Carvalho,

A biblioteca pessoal de um investigador representa não só uma documentação preciosa para ajuizar dos seus interesses histórico-culturais, filosóficos e científicos, mas ainda um instrumento de pesquisa de valor extraordinário: uma tal biblioteca, dado o seu carácter monográfico, é por assim dizer a arquitetura ideal e o lanço estrutural sonhado pelo seu organizador para a obra que, se não conseguiu realizar, pelo menos desejou construir

Nos depoimentos dos contemporâneos, a sua biblioteca é definida como uma livraria-suporte para investigação e docência, mas também como um espaço generosamente aberto ao convívio dos visitantes, incluindo estudantes. Não raro, o Mestre agia como um animador dos jovens espíritos à cata das leituras decisivas. A biblioteca tinha continuidades no gabinete de estudos e era a parte da casa onde se recebia quem chegasse: “Ele estava sempre nesse escritório. Entravam, subiam, os alunos, os colegas, os estudantes, e iam ter com ele no escritório. Tudo lá”, lembrou a filha Dulce, aos 85 anos.<sup>7</sup>

Os livros vinham amiúde parar à mão dos convivas em função da conversa, ou podiam mesmo viajar em empréstimo para o domicílio de alguns dos interlocutores.<sup>8</sup> Barahona Fernandes, ao consultar antigos alunos, confirmou essa prática: Joaquim de Carvalho “recebia de bom grado em casa os estudantes, discutia com eles, aconselhava-os e emprestava-lhes livros generosamente (Fernandes, 1963: 11)”. E um cronista do jornal *República*, em 1956, tornou pública essas liberalidades: “A sua casa esteve sempre aberta para os que procuram esclarecer dúvidas ou adquirir novos conhecimentos, e os seus numerosos livros, e dos mais variados assuntos, foram sempre emprestados sem reboço de qualquer espécie”.

E já Flausino Torres,<sup>9</sup> ex-revisor da Imprensa da Universidade de Coimbra e licenciado em Histórico-Filosóficas, em 1935 louvava esse comportamento, lembrando aos adversários do seu professor que “a sua livraria está sempre ao alcance de todos, os seus esclarecimentos não faltam acerca dos mais variados assuntos e os trabalhos pessoais do estudante têm nele um animador” (1935: 89). Daí que valorizasse este tipo de magistério, por ultrapassar a sala

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora no dia 5 de dezembro de 2012 na cidade da Figueira da Foz.

<sup>8</sup> O que é também confirmado pelo próprio Carvalho em carta a Victor de Sá, de Braga, que havia retomado os seus planos de estudo na Universidade: “Quando voltar a Coimbra passe por esta sua casa, donde saio raramente; além do desejo de o ver, gostaria de lhe proporcionar livros q [sic] possam servir ao seu estudo. Seria bom indicar-me os q [sic] precisa por poder dar-se o caso de os ter na Figueira”. Cf. Biblioteca Pública de Braga (BPB). Fundo Victor de Sá. Carta de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá, Coimbra, 18/12/1952, fl.1.

<sup>9</sup> Historiador, professor, jornalista e sociólogo, Flausino Esteves Correia Torres (1906-1974) se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra (1932). Durante seus anos na cidade, foi ainda diretor-bibliotecário da Associação Académica de Coimbra, secretário da loja maçónica *A Revolta* e revisor da Imprensa da Universidade (1932-1934), até ao seu encerramento compulsivo por ordem de Salazar. Em 1937, fixou-se em Lisboa e comprometeu-se num ativismo político mais intenso ligado ao Partido Comunista (PCP), ao Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (Munaf) e ao Movimento de Unidade Democrática (MUD). Mudou-se para Tondela (1947), partindo para o exílio em 1965, passando por França, Argélia, Roménia e Checoslováquia, até 1968. Cf. Bento, Paulo Torres. *Documentos e fragmentos biográficos de um intelectual antifascista*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.



de aula, por em ação uma pedagogia moderna e de conteúdos atualizados, condições necessárias para se “chamar a atenção para novos pontos de vista, relacionar o que se vai descobrindo com o já conhecido, despertar a ânsia de conhecer mais e conhecer por si; fazer desaparecer a tendência para as certezas inabaláveis, criando em sua substituição a insatisfação com os conhecimentos adquiridos” (1935: 88-89).

Para além do comum ao ofício de professor, Joaquim de Carvalho cedo também se afirmou como um especialista em livros e bibliografias. No seu trânsito entre bibliotecas, incluindo a sua própria em permanente formação, cimentou a imagem de um sábio portador de uma grande erudição. Prova-o este testemunho, datado de 1949, e narrado por Pina Martins: estava então em Roma para estudos quando encontrou o professor de Direito da Universidade de Coimbra, Cabral de Moncada. Pina solicitou-lhe a indicação de uma obra-síntese sobre o pensamento religioso, filosófico e jurídico do século XVIII. Na resposta, o jurista disse-lhe não conhecer nenhuma síntese que preenchesse essa temática. Porém, aconselhou-o a ouvir Joaquim de Carvalho: “Verá que ele vai resolver seu problema. Carvalho sabe tudo” (Martins, 1982: 11).

Da casa de Coimbra, a biblioteca foi sendo transferida, aos poucos, para a sua casa da Figueira, situada na rua do Pinhal, onde passou a trabalhar com mais assiduidade nos anos de 1950, aos fins-de-semana e nas pausas letivas. No início da correspondência com o brasileiro João Cruz Costa, explicava que a Figueira “é minha terra natal e onde tenho a minha casa, q [sic] é a casa da família e arquivo da minha livraria e papéis. A minha vida corre entre Coimbra, onde passo durante o tempo de aulas, e a Figueira, onde passo as férias e vou por vezes em fins-de-semana; pode, pois, escrever-me indiferentemente para as duas cidades”.<sup>10</sup> Movimento de livros entre as duas moradas que Cruz Malpique amiúde testemunhou: “Na sua casa da Figueira, ia concentrando a pouco a pouco a sua vastíssima biblioteca. Era o seu sonho – que infelizmente não chegou a realizar – passar aí uma velhice tranquila a ler, a meditar, a escrever suas memórias” (1959: 114).

E, se as motivações cognitivas condicionaram fortemente a formação da sua biblioteca, o apreço às edições antigas ou originais, o valor à arte dos volumes, a possibilidade de tecer suas notas manuscritas no canto das páginas, o diálogo com as gentes e agentes do impresso, a atenção dada aos carimbos de livreiros e encadernadores, a marca de posse, com o ex-libris colado aos exemplares, a deferência de afetos intelectuais (vistas nas dedicatórias) também foram fortes na tessitura desse projeto. É que eles são expressões sensoriais que vão além da visão, sinais que podem revelar mais sobre a posse do que sobre as leituras, mais sobre o colecionador do que sobre o leitor.

Victor de Sá (1921- 2003) confirmou estas descrições (1958) e, aquando da morte de Carvalho, imediatamente manifestou as suas preocupações sobre o destino da famosa biblioteca do seu professor, que ele considerava “um gigante da cultura portuguesa”. Em sua opinião, tão importante como a divulgação dos escritos de Carvalho e a reedição dos seus livros esgotados, seria perceber a sua biblioteca como uma obra outra “que levou uma vida inteira a constituir, onde ficaram colecionadas, como em nenhuma parte, as obras fundamentais e subsidiárias da nossa cultura.

O livreiro-historiador explicou a dinâmica dos livros de Joaquim de Carvalho entre as duas cidades, com uma biblioteca compartilhada entre a casa da Figueira e as “várias salas” na casa da Rua de São Cristóvão, sua última residência coimbrã, e confirma a função pedagógica que ela desempenhou, ao mesmo tempo que também enfatizava a necessidade de se não confundir o amor de Carvalho ao livro com as atitudes típicas da bibliomania.

Bibliófilo como poucos – não bibliómano apreciador de livros pelas suas encadernações e gravuras ou pelo brilho que dão às estantes – mas colecionador como poucos de todos os livros necessários à nossa cultura,

<sup>10</sup> Biblioteca Florestan Fernandes – Universidade de São Paulo. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 16/12/1950, sem cota, fl.1, verso.

a sua biblioteca, que andava dispersa entre a sua casa da Figueira e várias salas da sua casa na Rua de S. Cristóvão, em Coimbra, estava sempre franqueada aos alunos, aos amigos e aos estudiosos que lá encontravam com facilidade aquele livro raro ou esgotado que não havia na Biblioteca Geral ou na Municipal, que as livrarias não tinham à venda e que também não aparecem nos balcões dos antiquários.<sup>11</sup>

Por outro lado, se alguma bibliofilia não consegue fugir à perspetivação do livro como mercadoria futura, a posição de Carvalho foi bem diferente. Prova-o o pedido que formulou aos seus herdeiros: desejava que a biblioteca não fosse dispersa após a sua morte.

## O espectro do leilão

Com a morte de Joaquim de Carvalho (1958), a sobrevivência da sua biblioteca pessoal começou a correr riscos. Sem poder contar mais com os cuidados de seu criador, sobre ela começou a pairar o fantasma, comum a boa parte das bibliotecas particulares, da sua desagregação, não obstante a vontade de Carvalho e de seus descendentes: não ser destruída por venda a alfarrabistas, ou mutilada, à peça, nos lotes de leilões, ou diluída em outros acervos, ou ainda repartida em heranças, tudo destinos que desmantelavam a sua unidade, aniquilando-se, assim, o valor imaterial da sua “monumentalidade”.

A preocupação com o destino que a biblioteca do professor de Coimbra teria depois da sua morte foi transversal aos seus amigos, não obstante saber-se a vontade de quem a organizou e o propósito do seu cumprimento por parte dos herdeiros. Todavia, o modo como iria sobreviver enquanto totalidade, e como poderia desempenhar funções culturais públicas, eram questões em aberto.

Uma das mais significativas manifestações destes receios, acompanhada pela apresentação de possíveis soluções, foi apresentada por Victor de Sá. A deferência e o diálogo entre os dois são vistos na correspondência que mantiveram,<sup>12</sup> onde se surpreendem provas de amizade e a existência de cumplicidades várias, a saber: opções políticas no campo democrático e antissalazarista; interesses intelectuais e de investigação histórica (recorde-se os iniciais trabalhos de Victor de Sá sobre Antero de Quental e Ribeiro Sanches, autores da reflexão de Carvalho); o mesmo amor e dedicação ao objeto impresso, esfera de interesse já bem patente no projeto *Bibliotecas Móveis*, criado por Victor de Sá aos 21 anos, com o parco salário de empregado de balcão da Livraria Galdino, em Braga.

Quando se levantou o problema do destino da biblioteca de Joaquim de Carvalho, Victor de Sá, que a conhecia bem, publicou no *Diário de Lisboa*, a exatos 21 dias após o falecimento do mestre, um artigo intitulado “Sugere-se a integração da notável biblioteca de Joaquim de Carvalho no património do povo e ao serviço da cultura nacional”. O escritor procurava sensibilizar os leitores do jornal para a importância de um legado que espelhava uma vida inteira de estudo, dedicação e sacrifício. Para ele, a herança tinha estatuto de “património”, pelo que, quanto à sua sobrevivência e função, o seu valor cultural teria de se sobrepor a quaisquer conveniências financeiras.

Em concreto, estava-se perante um “templo do saber”, onde “todos os estudos se podem empreender”, e que o articulista considerava tão importante quanto os escritos do construtor. Em termos mais pragmáticos, defendia a criação ou de uma Casa-Museu, ou a sua integração no património nacional, com o apoio não só do Estado e da Universidade de Coimbra, mas também da Fundação Calouste Gulbenkian (solução a que se recorrerá 20 anos depois).

---

<sup>11</sup> BPB. Fundo Victor de Sá. Carta de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá, Coimbra, 4/9/1956, fl.1.

<sup>12</sup> Somam-se às cartas de Victor de Sá, localizadas no espólio pessoal de Carvalho (Arquivo Municipal da Figueira da Foz), outras nove cartas, entre 1952 e 1957, enviadas pelo professor de Coimbra ao livreiro sediado em Braga. BPB. *Fundo Victor de Sá*. Cartas de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá.

## Da Casa-Museu à Sala Joaquim de Carvalho na Faculdade de Letras

Dois dias antes de falecer, Joaquim de Carvalho escreveu a António Pereira Forjaz, então secretário-geral da Academia de Ciências de Lisboa, sobre o projeto de edição das Obras Completas de Pedro Nunes, que estava a organizar. “Continuo retido no leito, melhorando lentamente”.<sup>13</sup> No relato da filha, Dulce Montezuma de Carvalho, o professor manteve durante o internamento a esperança de recuperação por ignorar, por decisão da família, o quão grave era o seu estado de saúde (tinha um câncer de intestino não tratável).<sup>14</sup> O falecimento prematuro do pai, aos 66 anos, em plena produção intelectual, introduziu profundas mudanças na vida familiar. Dulce, que trabalhava como secretária particular do professor, escritor e editor, e a mãe, Irene Montezuma de Carvalho, entregaram aos proprietários a casa arrendada em Coimbra e passaram a viver na Figueira da Foz. Com isto, o que restava da biblioteca, em Coimbra, juntou ao muito que já estava arrumado em sua terra natal.

O filho advogado, Joaquim Montezuma de Carvalho (1928-2009), que se dedicou à memória e ao legado do pai, reiterou a vontade manifesta de que essa biblioteca não fosse desfeita, tanto que, logo após o falecimento, a família garantiu sua integridade. Para isso, “religiosamente se constituiu a Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho. O nome que deixou – porque não deixara dinheiro, Joaquim de Carvalho morria pobre em bens materiais – era uma herança nacional” (1959: 6). Mesmo morando em Moçambique, em 1959, Montezuma foi o mentor de um amplo projeto familiar que incluía a instalação da biblioteca, a edição de uma revista *in memoriam* (com colaboração de investigadores de diversos países) e o propósito de editar as *Obras Completas* do universitário e investigador. Em 1964, há registro do funcionamento dessa Biblioteca-Museu e de acesso público de leitores.

A Biblioteca-Museu foi responsável por iniciativas culturais que tiveram êxito por alguns anos, como foi o caso da publicação da *Miscelânea em Memória de Joaquim de Carvalho*, que saiu até 1963. No entanto, na década de 1970, muitos livros estavam encaixotados e a Biblioteca não contava com recursos humanos e financeiros para custear o seu funcionamento. Encerrado na solidão dos livros, indisponível para consultas, o velho “templo” estava agora em risco de ruína e de esquecimento.

A memória universitária acerca da importância científica e cultural da biblioteca de Joaquim de Carvalho despertou o interesse da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, como resposta, mobilizou a atenção de alguns figueirenses para que a aquisição fosse realizada pela Câmara Municipal da Figueira.<sup>15</sup> Da parte da Universidade, em 1978, iniciou-se oficialmente a negociação entre a Faculdade de Letras e os herdeiros. O então diretor do Centro de História da Cultura, professor Sebastião Silva Dias, tomou a iniciativa do contato e da busca de um entendimento,<sup>16</sup> tarefa que posteriormente foi transferida para o Conselho Diretivo da Faculdade de Letras,<sup>17</sup> presidida pelo professor Miguel Batista Pereira.

<sup>13</sup> Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa (AACL). *Processo académico Joaquim de Carvalho*, pasta n.º 2. Carta de Joaquim de Carvalho a António Pereira Forjaz. Coimbra, 25/10/1958.

<sup>14</sup> Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora em 5/12/2012, na cidade de Figueira da Foz.

<sup>15</sup> Correspondência nesse sentido é localizada nos documentos de Joaquim de Carvalho depositados no Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz (AHMFF). “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”.

<sup>16</sup> Em ofício de 5/5/78, o professor Sebastião da Silva Dias comunica à família que o Ministério da Educação deu aquiescência à aquisição da biblioteca e espólio para o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra pela importância de 4 mil escudos. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”.

<sup>17</sup> Os ofícios sugerem que as iniciativas dentro da Universidade foram tomadas em paralelo (e com autonomia) pela direção da Faculdade de Letras e pelo Centro de História da Sociedade e da Cultura. Sobre o tema, Silva Dias escreve para Montezuma de Carvalho, em 19 de dezembro de 1978, referindo às três cartas já trocadas entre eles até então. O professor diz que soube por um boletim do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade das diligências de membros



Na sequência do diálogo com a família, Miguel Batista Pereira solicitou ao reitor da Universidade que diligenciasse junto do Ministério da Educação e Investigação Científica a compra da biblioteca do antigo professor por parte da Faculdade de Letras. Na justificativa, esta instituição declarava-se como compradora do espólio, incluindo a parte da correspondência<sup>18</sup> e, para suas instalações, garantia que a biblioteca “transitaria, intacta” da Figueira para Coimbra “a fim de servir o estudo e a investigação, mormente interdisciplinar, no domínio da Filosofia, da História e da Literatura”.<sup>19</sup> Definir um valor financeiro que, simultaneamente, agradasse à família, mas também fosse acessível às finanças de um estabelecimento público universitário, representava um dos entraves a ser superado, como explicou o presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, no ofício enviado ao filho do professor, Montezuma de Carvalho, em 26 de janeiro de 1979. “Nunca estive em causa o valor ímpar da Biblioteca de seu Pai e, por isso, a sua aquisição não é, de modo algum, uma compra. Por outro lado, não se pode ignorar o peso da argumentação da Família, que propõe uma verba diferente da inicial”, escreveu o professor Miguel Batista Pereira.<sup>20</sup>

A proposta final da Universidade fixou o valor a ser pago em 4.500 contos (o equivalente, em 2002, a cerca de 22.445 euros), excluindo as despesas de instalação e catalogação. O acordo foi fechado nos inícios de 1979. Tardiamente, nesse ano, a Câmara da Figueira da Foz entrou em contato com os herdeiros para resgatar o espólio. Em fins de setembro, o presidente, José Manuel Bravo Teixeira Leite questionou ao filho mais velho de Joaquim de Carvalho, o cirurgião Manuel Montezuma Dinis de Carvalho (1918-2010) nesse sentido.<sup>21</sup> Mas foi Montezuma de Carvalho quem respondeu em nome da família, dizendo-lhe que essa possibilidade só seria aberta caso a negociação com a Faculdade de Letras “ou não fosse avante ou não fosse tão célere”. No entanto, a verba pedida ao Ministério foi autorizada e a venda ficou acertada pouco depois, opção que não agradou inteiramente a Montezuma de Carvalho, como se depreende das palavras que dirigiu ao líder do município figueirense: “Fora mais cedo alentado tal propósito, haveria então esse desejo, talvez tivesse sido outro o destino – e mais próprio, mais bairrista, mais puro (aos olhos meus, pelo menos). Agora é tarde”.<sup>22</sup> Na verdade, pouco depois, e após 21 anos do falecimento de Joaquim de Carvalho, sua biblioteca retornava à Alta de Coimbra. Desta vez, não mais ao lado, mas dentro do prédio da Faculdade de Letras, uma outra das “casas” que muito marcaram seu percurso.

---

deste junto à família do professor para aquisição da sua biblioteca. “É evidente que, no caso de tais diligências existirem, com a sua aquiescência ou a dos seus familiares, devo considerar-me desligado do assunto. Desde que a biblioteca venha para a Faculdade, tanto monta que a compra seja feita com ou sem a minha mediação”. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”. Ofício do Centro de História da Sociedade e da Cultura, n.º I-163/78, de Sebastião da Silva Dias a Joaquim Montezuma de Carvalho.

<sup>18</sup> Quanto a este ponto, nunca foi efetivado. Por isso, a ausência da correspondência nesse espólio foi apontada por meio de ofício a Montezuma de Carvalho, em 1983, escrito pelo então presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva. O professor catedrático, aposentado desde 2002, reiterou no documento que, em toda comunicação trocada entre a família e a Faculdade de Letras para negociação do espólio, “sempre se considerou que a correspondência (bem como, aliás, os jornais) se incluía na biblioteca vendida”. Alarcão constatava que, “até a data, não recebemos ainda essa parte do espólio, parte em que, obviamente, estamos extremamente interessados”. Arquivo familiar Joaquim Montezuma de Carvalho. Ofício FL-853/83, do presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Jorge Alarcão, a Joaquim Montezuma de Carvalho, de 26/10/1983.

<sup>19</sup> AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1 Ofício FL-967, do presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Miguel Batista Pereira ao reitor da Universidade de Coimbra, 24/11/1978.

<sup>20</sup> AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. Ofício FL-298/79, de Miguel Batista Pereira a Joaquim Montezuma de Carvalho, de 26/1/1979.

<sup>21</sup> AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. Ofício n.º 10274, do presidente da Câmara da Figueira da Foz, José Manuel Bravo Teixeira Leite a Joaquim Montezuma de Carvalho, 21/9/1979.

<sup>22</sup> AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. Cópia da carta manuscrita de Joaquim Montezuma de Carvalho ao presidente do Município de Figueira da Foz, Lisboa, 1/12/1979.

## A reconstrução de um ordenamento imaginado

Após a aquisição pela FLUC, a biblioteca pessoal de Joaquim de Carvalho passou a integrar o património bibliográfico da Universidade de Coimbra e tudo foi feito para que se tornasse um lugar de acesso público. Como a coleção do professor não foi diluída fisicamente em outras bibliotecas, é possível captá-la sensorialmente, no seu todo e nas suas partes. Mais ainda, a sua materialidade, hoje, nos oferece desenhos nítidos dos livros postos em ordem pelo pensamento de Joaquim de Carvalho, uma vez que, ao contrário do que acontece em outras bibliotecas patrimoniais da instituição, ela não incorporou novos títulos.<sup>23</sup> Para quem chega e sabe do que se trata, a sua totalidade é como se fosse um exemplar fechado que, em mãos, antes de ser lido, dá a conhecer a forma, a dimensão, as características do volume.

Desde os inícios da sua transferência, em 1980, para a Universidade de Coimbra até os dias atuais, ela está localizada no 2º piso da Faculdade de Letras. Da entrada principal do prédio, é preciso descer dois andares e, no subsolo, após contornar os corredores em quadrilátero, e passar pela Biblioteca Central, chega-se à Sala que leva o nome do antigo professor. Ou melhor, entra-se na primeira das duas divisões contíguas, retangulares, de piso de madeira, com estantes de livros ocupando as paredes, do chão ao teto, excetuando o lado com janelas.

Na sala principal, duas compridas mesas de madeira escura, juntas, cercadas de cadeiras de estudo, ocupam o centro. No canto direito, em cima do volumoso armário de aço com as fichas catalográficas em papel datilografado, o busto de Joaquim de Carvalho, em bronze,<sup>24</sup> chama o olhar de quem entra. A imagem do professor também é vista em cores. No alto da porta que leva à segunda câmara, está fixado o retrato a óleo pintado pelo prestigiado João Reis, em 1939, adornado por uma moldura. O quadro, a estátua, os livros e impressos compõem o “monumento”, entendido, desde as suas origens filológicas, como “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (Le Goff, 1984: 95). Também por isso, cada livro pode ser visto como um documento não isolado do “monumento” de que faz parte.

Visto isto, será agora importante perceber quais os critérios de classificação e organização da atual biblioteca, ressaltando que não se trata de uma reprodução exata do desenho que Joaquim de Carvalho foi fazendo (e desfazendo) na sua residência. Nesse sentido, a bibliotecária-arquivista Natércia Coimbra, que participou da equipe de catalogação e organização da Sala Joaquim de Carvalho desde os inícios da década de 1980, deu um valioso testemunho: “O importante era organizar a biblioteca, não da maneira que ele tinha em casa, porque nós não sabíamos, nem a família sabia muito bem, mas tentando perceber qual foi o espírito que tinha presidido ao colecionar aquela biblioteca”.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> Há um pequeno número de livros enviados a Joaquim de Carvalho após o falecimento do professor que, por serem continuidades de relações firmadas na constituição da biblioteca, não serão desconsiderados, numa amostra de 60 exemplares, todos vindos do estrangeiro, em maior número do Brasil, França e Espanha, com títulos do México, Panamá e Venezuela. Os temas são aqueles já identificados como de interesse do professor, como os livros de Julio García Morejón, *Unamuno y el Cancionero: la salvación por la palabra* (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1966) e *Dos coleccionadores de angustias: Unamuno y Fidelino de Figueiredo* (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1967). Outros exemplos: Gil Vicente, *Dois autos de Gil Vicente*, 2ª. ed. melhorada e acrescida (Rio de Janeiro: Organização Simões, 1973); *Textos de sociologia: problemas da abordagem interdisciplinar* (Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Brasil, 1963); Juan Zaragüeta, *Estudios filosóficos* (Madrid: Inst. Luis Vives de Filosofia, 1963); Andrés Bello, *Borradores de poesía. Obras completas de Andrés Bello n.º 2* (Caracas: Ministerio de Educación, 1962); Stanislas Breton, *L'être spirituel: recherches sur la philosophie de Nicolai Hartmann* (Lyon: Imprimerie Emmanuel Vitte, 1962); Ernst Zinner, *Einige Handschriften des Johann Regiomontan: aus Königsberg in Franken*. (s/l.: s/a., 1964).

<sup>24</sup> Busto de Joaquim de Carvalho, do escultor Raul Xavier (1940).

<sup>25</sup> Entrevista a Maria Natércia Vieira de Vasconcelos Coimbra, em 24/10/2012. Licenciada em Direito (1978) e pelo curso de Bibliotecário Arquivista (1980), ambos na Universidade de Coimbra. Desde 1985, é coordenadora técnica do Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) da mesma Universidade, trabalhando sobretudo na área dos arquivos privados de políticos.

“Era uma biblioteca excepcional”, como recorda o bibliotecário Carlos Santarém, que coordenou os trabalhos de catalogação.<sup>26</sup> Segundo ele, foi com financiamento da Fundação Gulbenkian que se formou uma equipe que oscilou entre 7 e 10 pessoas, em regime de trabalho pós-laboral, com alguns funcionários da própria Faculdade de Letras, para registrar e carimbar os livros. O bibliotecário destacou o peso dos trabalhos de história na biblioteca, com temáticas que logo sobressaíram, como o do liberalismo, com primeiras edições e encadernações que denotam o zelo do professor. O número de livros de filosofia e história em língua estrangeira, bem como as traduções de autores estrangeiros foram outras das características que mais chamou a sua atenção durante os trabalhos. “Julgo que é nítida a importância do Brasil na biblioteca dele”, acrescentou.<sup>27</sup> O próprio Santarém, antigo morador da Alta Coimbra, rememorou a figura de Joaquim de Carvalho – que vivia na rua paralela à casa que o recebeu em 1957 –, com quem muitas vezes se cruzou, sem chegar ao relacionamento pessoal. No entanto, confessou que, devido ao seu prestígio intelectual e por ser um professor antissalarista, era “uma pessoa por quem eu tinha consideração”.<sup>28</sup>

De acordo com Natércia Coimbra, a equipe de catalogação buscou conciliar a busca por compreender o espírito da biblioteca com um sentido de eficiência na organização do espaço para, o mais breve possível, possibilitar o acesso dos leitores aos títulos.<sup>29</sup> Havia ainda o critério economicista, uma vez que contavam com recursos financeiros, humanos e temporais limitados: “era prudente”.<sup>30</sup> Da lembrança dos muitos caixotes de livros espalhados, Natércia chegou a esta comparação: “Era a biblioteca de Babel, estava lá tudo e não se sabia onde... ninguém se entendia...”. Na prática, o material das caixas que chegava da Figueira da Foz era reagrupado em pilhas pelo chão e em cima das mesas. Depois, foi separado por grandes áreas do conhecimento: Filosofia, Literatura, História, Ciências. Na sala menor, guardaram-se revistas, bibliografias estrangeiras e alguma parte do livro antigo. Sobre esse processo, Carlos Santarém lembrou:

Havia uma parte que era claramente a biblioteca de trabalho dele. A biblioteca da área da Filosofia, das Ciências afins, porque ele tinha muita coisa da psicologia, também já tinha muita coisa da sociologia. Tinha as grandes correntes do pensamento, todas representadas. E, depois, havia também áreas que percebemos como muito fortes. A literatura portuguesa, a literatura espanhola, o Brasil, também bem representado. Havia outras áreas menos importantes, (como a) da Medicina... Ele tinha um pouquinho de tudo. Talvez porque, percebemos que derivava, provavelmente, daqueles seus anos à frente da Imprensa da Universidade.<sup>31</sup>

Na reorganização do espaço, foi a Filosofia eleita para ficar à entrada, na parede que ocupa todo lado esquerdo de quem cruza a porta. Um dos critérios internos foi o cronológico: Filosofia Clássica, Medieval, Moderna, Contemporânea. Mas também se utilizou o critério comparativo por países, como as prateleiras que reúnem livros de História da Filosofia no

<sup>26</sup> Entrevista a Carlos Santarém Andrade, em 3/12/2014, em Coimbra. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Carlos Santarém concluiu o curso de Bibliotecário-Arquivista na mesma universidade. Foi diretor da Biblioteca Municipal de Coimbra e é autor dos livros *Presença, uma revista, um movimento...* (Coimbra: s/e, 1980); *Coimbra na vida e na obra de Camilo* (Coimbra Editora, 1990); *A Coimbra de Eça de Queirós* (Coimbra: Minerva, 1995); *A envolvimento coimbrã de Régio e Nemésio* (Coimbra: Câmara Municipal, 2001), entre outros.

<sup>27</sup> Entrevista a Carlos Santarém Andrade, 3/12/2014, em Coimbra.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>29</sup> Entrevista a Maria Natércia Vieira de Vasconcelos Coimbra, 24/10/2012, em Coimbra. “Nossa obrigação foi essa, cumprir os objetivos que a família tinha pedido, rapidamente se podia por a biblioteca a funcionar... e encontrar um esquema que fosse lógico, suficientemente eficaz para também fazermos logo aquilo que gostávamos, que era: responder positivamente às solicitações de quem viesse à procura de alguma coisa mais específica”. A bibliotecária explica que a reorganização nas prateleiras foi a opção de fundo, “de maneira que se viesse uma pessoa perguntar se o professor Joaquim de Carvalho tinha o Merleau-Ponty na primeira edição, nós sabemos onde é que ele está”.

<sup>30</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>31</sup> Entrevista a Carlos Santarém Andrade, 3/12/2014, em Coimbra.

Brasil, no Uruguai, em Portugal, na França, na Itália, na Alemanha, entre outros. Desse modo, um mesmo autor pode estar em estantes diferentes. Natércia explicou:

O primeiro (critério) foi esse, grandes áreas do conhecimento. Dentro de cada área do conhecimento, descemos à cronologia, ao critério cronológico de arrumação na estante, e depois do critério cronológico foi o da ordem alfabética dos autores. Portanto, pode ter Locke em dois sítios da estante, por exemplo.<sup>32</sup>

Segundo a bibliotecária-arquivista, a exclusividade de alguns, bem como a preciosidade de outros – como algumas primeiras edições – foram as principais características que logo despertaram a atenção dos utilizadores, em maioria, investigadores da universidade. Numa época em que não contavam com o meio informático, todo o seu trabalho foi manual, com fichas datilografadas e disponibilizadas em um ficheiro.

Também por isso, os quantitativos de títulos que formam a biblioteca continuam em aberto. Durante o processo de compra, a livraria foi estimada em mais de 17.500 volumes. Atualmente, no catálogo digital, estão inseridos 11.494, o que é somente parte da primeira sala, uma vez que livros das prateleiras de Brasil, por exemplo, não estão incluídos. Nas fichas manuais, estão catalogados 16.596 livros. No entanto, há um número relevante de impressos, entre brochuras, catálogos, folhetos, revistas e volumes que não chegou a ser inventariado manualmente, acervo que está fora dessa contagem. Como exemplo, as cinco prateleiras da coleção de Catálogos, com cerca de 450 exemplares. Deste modo, não se estará longe da exatidão a estimativa aproximada de 20 mil volumes guardados na Sala Joaquim de Carvalho.

Para efeitos de comparação, em um exemplo extremo, o acervo que o bibliófilo brasileiro José Mindlin (1914-2010), junto com sua esposa Guita Mindlin, reuniu durante oitenta e três anos, chegou a aproximadamente 38 mil títulos. A sua *Brasiliiana*, que é tida como o maior acervo privado do gênero existente, com 32 mil livros, foi doada à Universidade de São Paulo (USP) em 2006.<sup>33</sup> Sabe-se, porém, que uma biblioteca para ser excepcional não exige tais dimensões, como mostrou o bibliófilo, investigador e autor de obras fundamentais sobre o tema, Rubens Borba de Moraes (1899-1986), que deixou sua preciosa biblioteca de 2.300 obras ao casal Mindlin após seu falecimento. Não por acaso, esta biblioteca foi mantida intacta na nova morada e arrumada como estava no domicílio de Borba de Moraes. Outro grande nome da bibliofilia brasileira, Plínio Doyle (1906-2000), formou uma biblioteca de referência ao longo de 60 anos, depois comprada pela Fundação Casa de Rui Barbosa, com aproximadamente 25 mil volumes (Doyle, 2004: 54). Em Portugal, a biblioteca que os familiares do crítico literário Pedro de Moura e Sá doaram à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em 1959, foi estimada em 19 mil volumes.

Mas, se o número de exemplares revela a dimensão do espólio, a biblioteca de Carvalho se torna de valor peculiar pela qualidade e pelo critério seletivo que a formou. Frente a edições raras ou exemplares aparentemente comuns, de larga circulação, cada livro se renova no contexto de que faz parte. A biblioteca, cujo todo é mais que o somatório de suas partes, e que, neste caso, manteve a sua integridade conservada, oferece ao investigador múltiplas chaves de leitura, permanentemente relacionáveis tanto com a personalidade daquele que a formou, como com o tempo que atravessou (e condicionou) sua formação. Como referiu Antônio Cândido, ao escrever sobre a biblioteca do próprio pai: “A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. Através desta cultura é possível esclarecer a

---

<sup>32</sup> Entrevista a Natércia Coimbra, em 24/10/2012.

<sup>33</sup> A *Brasiliiana* reunida por Guita e José Mindlin e considerada a mais importante coleção do gênero formada por particulares, conta com aproximadamente 32,2 mil títulos, que correspondem a cerca de 60 mil volumes. Cf. *A biblioteca Mindlin na USP*. Site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. [Em rede: [www.bbm.usp.br/node/1](http://www.bbm.usp.br/node/1) (último acesso em 7/9/2015)]; MINDLIN, José. *Uma vida entre livros. Reencontros com o tempo*. São Paulo: Edusp/Companhia das Letras, 1997.



história intelectual de um período, pois a formação de uma biblioteca equivale geralmente à superposição progressiva de camadas de interesse, que refletem a época através da pessoa” (Cândido, 1990: 82).

## Do particular a uma totalidade enciclopédica

Construção enciclopédica feita à luz dos seus interesses intelectuais, a biblioteca de Carvalho abriga chaves de leitura tanto da obra que escreveu, como também daquela que sonhou escrever. Ou melhor dito, a biblioteca *carvalheana* espelha o caráter de alguém empenhado na conciliação do particular com o cosmopolita e cujo pensamento assentou, por isso, “numa permanente reflexão epistemológica respeitadora da autonomia” (não independência) das formas de saber, como bem identificou Fernando Catroga quando assinalou os nexos existentes entre Ciência e Filosofia, e entre Filosofia e Conhecimento histórico em Joaquim de Carvalho (Catroga, 1994: 10).

Na sua biblioteca, estão facilmente referenciadas as temáticas que diretamente estudou e publicou, como as questões da cultura portuguesa ou relacionadas; ou aquelas respeitantes a “personalidades para quem vai, sobretudo a sua simpatia de investigador”, exemplo de Antero de Quental e Baruch Espinosa, como Flausino Torres caracterizou, “simultaneamente pensadores profundos e almas torturadas” (Torres, 1935: 91). Para o mesmo sentido apontaram, ainda, os seus trabalhos historiográficos, seja no campo da História Política, da História das Ciências, da História da Educação, da História da Filosofia, uma vez que cada um destes campos tem de ser mobilizado na compreensão da biblioteca como um todo. No entanto, as atualizações que esta sofreu ao longo dos anos demonstram que o seu fundo enciclopedista estava vivificado pela produção intelectual e editorial de cada momento. É que Joaquim de Carvalho, se foi um “homem do livro”, também foi um “homem da leitura”.

Para Eduardo Lourenço, que na juventude foi assistente de Joaquim de Carvalho na Faculdade de Letras, a assimilação e o impacto na docência de algumas dessas leituras era gradual, mas visível no seu antigo mestre, como foi o caso da influência da Fenomenologia por altura dos anos 1940. Significa isto que nem tudo que lia era aproveitado. “Em Joaquim de Carvalho, o pendor “historicista” como que fazia *écran* à pressão das “influências”. Da massa imensa das suas leituras extraía o que convinha a seus propósitos e abandonava o resto. Mas neste diálogo, acaso sem ele próprio se dar conta disso, a música outrora sem mistério do racionalismo cultural ia mudando de tom” (Lourenço, 2011: 419-429).

A construção desse edifício enciclopédico não prescindiu da dimensão crítica e imaginativa, pois não confundia sabença com sabedoria, meta final da pedagogia racionalmente emancipadora. Só por ela o estudioso podia sair do labirinto livresco, como disse Cruz Malpique sobre Joaquim de Carvalho, e ser capaz de enxergar os pensamentos, sonhos, fantasias, sentimentos e problemas suscitados pelos desafios da própria historicidade do pensar. Na combinação entre o erudito e a imaginação aventureira, foi capaz de ver a vida que corre na subestrutura dos livros, bem como “as almas que neles se ocultam, a experiência que neles se guarda, os anseios que neles pulsam, o pensamento que neles lateja, os sonhos que neles dormem, as fantasias que deles se evolvem, os sentimentos que os fazem palpitar, os heroísmos que deles extravasam, a temática e a problemática que neles se contêm (MALPIQUE, 1959: 123)”.

Se o acervo reunido por Joaquim de Carvalho carrega informações sobre sua personalidade, intercâmbios e ideias-chave da sua reflexão, não pode, entretanto, ser dissociado da ampla e intensa relação que o próprio manteve com os suportes materiais, intelectuais e afetivos da leitura. Tal conexão se revela sob muitas faces conectadas, incluindo o seu trabalho como editor e guardião da sua e da grande biblioteca da Universidade de Coimbra (que dirigiu), e apreender a maneira como serviu o livro e a sua divulgação numa



conjuntura em que se foi impondo uma vigilante e repressiva “política do espírito” que logo o escolheu como uma das suas primeiras e exemplares vítimas.

## Referências bibliográficas

Báez, Fernando (2009), *História universal da destruição dos livros*. Tradução Maria da Luz Veloso. Lisboa: Texto Editores.

Baratin, Marc (2000), “Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação”, in Baratin, Marc; Jacob, Christian (dir.), trad. Marcela Mortara, *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 227-233.

Bessone, Tânia Maria (1999), *Palácio de destinos cruzados. Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Borges, Jorge Luís (2013), *Ficções*. Lisboa: Quetzal.

Canfora, Luciano (1986), *A biblioteca desaparecida. Histórias da Biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras.

Canfora, Luciano (2000), “As bibliotecas antigas e a história dos textos”, in Baratin, Marc; Jacob, Christian (dir.), trad. Marcela Mortara, *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 234-245.

Cândido, Antônio (1990), “A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu”, in *Notícia Bibliográfica e Histórica*, XXII (138, abril-junho), 82-86.

Carvalho, Joaquim Montezuma de (1959), “Apresentação”, in *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 1. Figueira da Foz: Biblioteca Museu Joaquim de Carvalho, 3-6.

Carvalho, Joaquim Montezuma de (1992), “Posfácio”, in Espinosa, Bento de, trad. Joaquim de Carvalho *Ética*. Lisboa: Relógio d’Água, 483-501.

Catroga, Fernando (2011), *Os passos do homem como restolho do tempo*. Coimbra: Almedina.

Catroga, Fernando (1994), “Joaquim de Carvalho e a História”, *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XLII, 9-16.

Doyle, Plínio (2004), “Amigo dos livros”, in Silveira, Julio e Ribas, Martha (org.), *A paixão pelos livros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 53-60.

Eco, Umberto (1994), *A Biblioteca*. Lisboa: Difel.

Fernandes, Barahona (1963), “Joaquim de Carvalho: pessoa e atitude espiritual”, *Separata da Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, (9), 35 p.

Flower, Derek Adie (2010), *Biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Nova Alexandria.

Furtado, José Afonso (2007), “O mito da biblioteca universal”, *Separata dos Cadernos BAD*, (2), 37-55.

Le Goff, Jacques (1984), “Documento/Monumento”, in *Enciclopédia Einaudi*. vol. 1, Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 95-106.

Goulemot, Jean Marie (2011). *O amor às bibliotecas*. São Paulo: Unesp.

Goulemot, Jean Marie (2000), “Bibliotecas, enciclopedismo e angústias da perda: a exaustividade ambígua das luzes”, in Baratin, Marc; Jacob, Christian (org.), trad. Marcela Mortara, *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Jacob, Christian (2000), “Ler para escrever: navegações alexandrinas”, in Baratin, Marc; Jacob, Christian (dir.), *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Lourenço, Eduardo (2011), *Obras Completas [vol. I]. Heterodoxias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 419-429.

Manguel, Alberto (2010), *Uma história da leitura*. Lisboa: Presença.

Malpique, Cruz (1959), “Perfil intelectual e moral do professor Joaquim de Carvalho”, *Miscelânea*, (2), 109-143.

Martins, José V. Pina (1982), “Joaquim de Carvalho, historiador da Cultura Portuguesa (Juventude e primeira maturidade)”, in Carvalho, Joaquim de. *Obras Completas [vol. III]*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, VII-XXVII.

Masson, André; Salvan, Paule (1961), *Les Bibliothèques*. Paris: Presses Universitaires de France.

Mindlin, José (1998), “Rubens Borba de Moraes: um intelectual incomum”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 79(192), 108-111.

Polastron, Lucien X. (2014), *Livros em chamas: a história da destruição sem fim das bibliotecas*. Rio de Janeiro: José Olympio - Grupo Record.

Pombo, Olga (2011), *Unidade da Ciência. Programas, figuras e metáforas*. Lisboa: Gradiva.

*República*, 18/5/1956, 2ª série, ano 45º, (9127).

Riaño Alonso, Juan José (2005), *Poetas, filósofos, gramáticos y bibliotecarios*. Gijón: Editora Trea.

Sobrinho, Hipólito Escolar (1990), *Historia de las bibliotecas*. Madrid: Pirámide.

Sá, Victor de (1958), “Sugere-se a integração da notável biblioteca de Joaquim de Carvalho no património do povo e ao serviço da cultura nacional”. *Diário de Lisboa*, 17/11/1958, 7.

Souza, Rogério (2009), *Alexandria: a encruzilhada do conhecimento*. Porto: Faculdade de Letras/Biblioteca Digital.

Torres, Flausino (1935), “Joaquim de Carvalho”, in *Homenagem aos professores Azevedo Gomes, Hernâni Cidade e Joaquim de Carvalho*. Lisboa: edição dos alunos da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Letras de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia, 81-93.